

Capistrano de Abreu e a História do Brasil

Arno Wehling

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Temos trabalhado com a hipótese de que há, no pensamento e na obra historiográfica de Capistrano de Abreu, nitidamente, duas fases. A cientificista, que se estende dos anos de formação à década de 1880, tendo como ponto alto a elaboração da tese sobre o descobrimento do Brasil, em 1883, prolongando-se em trabalhos menores por mais alguns anos; e a propriamente científica, que corresponde à maturidade intelectual e que gerou obras basilares como *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* e *Capítulos de história colonial*.

A mediação entre ambas foi um lento processo de amadurecimento não apenas intelectual, mas psicológico, do autor, já examinado anteriormente.¹

Freqüentemente valorizam-se as realizações da segunda fase de Capistrano porque suas contribuições tornaram-se marcos, quer da interpretação histórica, como as encontramos naquelas obras, quer pela contribuição crítica, como ocorreu nas notas à *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, ou na edição da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador. A edição crítica da obra do franciscano da Bahia poderia, mesmo, se quiséssemos identificar um marco, delimitar emblematicamente a conversão final de Capistrano a uma perspectiva predominantemente hermenêutica da história.

Entretanto, os resultados da fase cientificista do autor são também

Conferência proferida durante o Colóquio "Capistrano de Abreu: 150 anos", realizado em Fortaleza-CE, no Auditório Castelo Branco da UFC, entre 22 e 24 de outubro de 2003, uma promoção do NUDOC (Núcleo de Documentação Cultural) e Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

relevantes, por pelo menos três motivos: permitem recuperar o espírito de uma época e uma geração que recusava o romantismo em estética, o ecletismo em filosofia e o historicismo nas ciências sociais, colocando em seu lugar o realismo literário e as várias vertentes positivistas e evolucionistas do cientificismo; revelam intuições básicas sobre o processo histórico brasileiro, que foram aperfeiçoadas posteriormente pela sofisticação crítica e sólido domínio documental de Capistrano; e apresentam teses recorrentes, não só em sua obra, mas que foram apropriadas pela historiografia posterior ou, além dela, pela sociologia e pela antropologia.

É importante para o estudo da história da historiografia brasileira, portanto, conhecer os traços mais significativos da interpretação da formação brasileira em Capistrano de Abreu, conforme esta foi sendo construída em seus primeiros trabalhos.

Esses traços podem ser identificados em vários trabalhos do autor, desta fase. Parecem-nos particularmente significativas as que respeitam à *periodização*, às *estruturas e funções sociais*, ao *caráter nacional brasileiro*, à *sociedade e ao estado* e às *causas do atraso brasileiro*.

Preliminarmente, deve ser observado que, marcada pela visão sociológica do positivismo e do evolucionismo e pela epistemologia cientificista, que buscava encontrar as leis do processo histórico, essa percepção da história do Brasil teria necessariamente de considerar superficial e insatisfatória uma historiografia quase exclusivamente política, elaborada nos cânones do historicismo de Varnhagen. Sem negar suas contribuições, as primeiras figuras da geração seguinte passaram a considerar tal enfoque mero epifenômeno de forças profundas, que efetivamente moveriam o cenário histórico.

Nesse ambiente, Capistrano de Abreu propôs-se aplicar o modelo cientificista ao Brasil, denominando, por exemplo, o “processo político” de Buckle e Comte de processo “funcional” e o “processo social” daqueles autores como processo “orgânico”², num casamento doutrinariamente heterodoxo de spencerismo com positivismo.

Estabeleceu, de antemão, uma interação na qual o social (ou orgânico) determinava o político (ou funcional), podendo também o primeiro ser influenciado (mas jamais determinado) pelo segundo³.

PERIODIZAÇÃO, ESTRUTURAS E FUNÇÕES

Essa interação de forças superficiais e profundas, sem adquirir caráter expressamente dialético, quer na versão hegeliana, quer na marxista, levou-o a uma nova periodização da História do Brasil e a uma curiosa tipologia

“funcional” da evolução brasileira, de inspiração littréista.

Na crítica à periodização da *História do Brasil* de Varnhagen, em 1882, Capistrano de Abreu sugeriu uma nova divisão, considerando as características específicas de cada época e as discontinuidades existentes⁴. Encontrou seis fases até o século XIX:

- a. 1500-1614, - Predominantemente litorânea, devido à reação indígena e à ameaça francesa.
- b. 1614-1700, - Povoamento do litoral de Belém a Laguna e penetração pelos rios (Amazonas, Tietê, Paraíba, São Francisco).
- c. 1700-1750, - Predomínio da mineração, devassamento do interior, abandono da agricultura, grande importação de escravos, irrupção “para não mais se extinguir, das rivalidades de raça”⁵
- d. 1750-1808, - Consolidação do sistema colonial (sic), anulação das municipalidades, interrupção da indústria, declínio das minas, expulsão dos jesuítas, rivalidades entre colonos e reinóis.
- e. 1808-1850, - Decomposição do sistema colonial, abertura dos portos, independência, códigos regenciais, debelação do separatismo.
- f. 1850-1882, - “período centralizador, imperialista ou industrial”, fim do tráfico e agonia da escravidão, comunicação a vapor com a Europa⁶

Ao lado da descrição “formal” do desenvolvimento histórico brasileiro, por meio da periodização, Capistrano de Abreu elaborou uma interpretação “material” ou “funcional”, baseado ainda no “quadro das funções”, de Emilio Littré, com sua respectiva caracterização. Ele assim constituía:

- a. funções industriais: marcadas pela ausência de produtores e consumidores, por sua vez causada pela política comercial metropolitana, pela falta da divisão de trabalho e escassez ou ausência de mercado interno⁷.
- b. funções morais: opressão da moral pública, conflito entre a corrupção pública e a moral privada (que atribui a Portugal), ausência de sentimentos coletivos e pobreza religiosa, com as classes inferiores fetichistas e as superiores com uma religiosidade convencional.
- c. funções estéticas: ausência de sentimentos homogêneos, inviáveis numa sociedade nova. Em consequência, a arte não poderia ser nacional, “expressão consciente do povo”, gerando o divórcio entre a poesia popular, autêntica e coletiva e a obra individual,

pretensiosa e sem fundamento social⁸.

d. funções científicas: pouca acumulação de riqueza e dificuldade para a dedicação ao estudo, escassa instrução, falta de liberdade para o ensino, preocupação com a aplicação imediata e não com a abstração, interesse pelas realizações concretas da engenharia, advocacia e medicina, redução do saber à bibliografia⁹.

e. funções governamentais: hipertrofia do estado sobre a sociedade, com o governo como entidade “que só de si dependia” e as leis com caráter irrevogável; sociedade disseminada e servil, de comunicações difíceis e contatos raros, gerando desconfiança e insociabilidade¹⁰.

Tratava-se, segundo ele, de uma pesada herança colonial, da qual o país independente não conseguira, após sessenta anos, libertar-se.

Todo esse quadro, concebido em 1882, assemelhava-se ao diagnóstico que autores de sua geração, com maior ou menos inspiração cientificista, como Tobias Barreto, Sílvio Romero, Euclides da Cunha ou Joaquim Nabuco, davam do Brasil contemporâneo, debitando-o majoritariamente à experiência colonial.

Passando ao âmago dessa experiência, geradora de uma letargia histórica, poder-se-ia descobrir, nessa ótica, o que estava por trás da frágil “persona” brasileira: seus traços fundamentais e suas razões profundas.

Era a pergunta que Capistrano procurava responder, armado com as lentes do cientificismo que ele mesmo ajustara, por meio de leituras heterogêneas: como se processou a formação brasileira e por que ela se constituiu na “causa de atraso” do país?

CARÁTER NACIONAL BRASILEIRO

Um primeiro passo a dar, nesta lógica cientificista, era definir o *caráter nacional brasileiro*.

O tema do “caráter nacional”, originado no romantismo, estendeu-se e ganhou contornos e pretensões científicas na segunda metade do século XIX. O cientificismo, nas suas variadas acepções, apropriou-se dele para fazer afirmações positivas ou negativas sobre as características e a “essência” dos povos europeus, com uma pouco velada influência do nacionalismo exacerbado da época sobre as “verdades científicas” de filósofos, cientistas, publicistas e críticos literários.¹¹

Transposto para o plano dos países “atrasados” – colônias africanas e asiáticas e nações latino-americanas – gerou farta literatura apologética ou

crítica no século XIX, bem como estudos acadêmicos posteriores que, em geral, procuraram associar a questão às vicissitudes do colonialismo europeu¹².

No caso brasileiro, não seria diferente. No último terço do século XIX, pelo menos quatro autores, todos influenciados, em grau diverso, pelo cientificismo, dele trataram: Tobias Barreto, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu.

Para Capistrano de Abreu, o “caráter nacional brasileiro”, isto é, o conjunto de características que definiriam os traços fundamentais do homem brasileiro do século XIX, enraizava-se obviamente no passado colonial. Ao longo de quatro séculos de desenvolvimento histórico¹³, foi sendo forjado um “tipo brasileiro” distinto de outros “tipos nacionais” e daqueles que lhe deram origem.

Esse “caráter nacional brasileiro”, dizia Capistrano de Abreu em 1876, influenciado de modo explícito por Buckle e Taine, forjava-se, de forma significativa mas não exclusiva, pela ação da natureza e da raça através da “aglomeração de populações distintas”¹⁴. A sociedade colonial assim formada reagia, por sua vez, contra aqueles condicionamentos, tornando-se, no Brasil, a principal modeladora do “caráter nacional”¹⁵. Ver-se-ia, assim, mais um exemplo da aplicação da tese de Taine sobre o meio, a raça e o momento histórico como geradores da cultura em seu sentido antropológico.

Tal concepção de Capistrano de Abreu deve ser entendida no contexto de sua polêmica com Sílvio Romero sobre o assunto. Para este autor, as características negativas do caráter nacional brasileiro e as razões do atraso do país deveriam também ser buscadas na natureza e na raça, particularmente devido à massa da população africana, cujo estágio primitivo de desenvolvimento teria sido o principal fator do problema¹⁶.

Capistrano, ao contrário, entendia que a sociedade colonial, esmagada pela rarefação, pelas dificuldades de comunicação, pelo transplante precário das instituições portuguesas, ou seja, por uma combinação de fatores naturais e sociais, tornara-se atrofiada, incapaz de ação social vigorosa¹⁷. As “raças” eram fenômeno a considerar, mas, sem dúvida, secundário. Ou, como argumentou, ainda em jargão positivista/evolucionista:

“Porque a natureza não deixava desenvolverem-se as funções, porque a ataraxia das funções trouxe a atrofia do organismo – é fácil demonstrar. O que é difícil é explicar estes fatos pelo cruzamento com o preto”¹⁸.

Quanto à questão (neste aspecto, para Capistrano, menor) da formação étnica, o autor concordava com Romero¹⁹ e com Martius²⁰ sobre o caráter eminentemente mestiço da população. Discordava, neste ponto, de Pereira Barreto, quando o positivista paulista afirmava que “por fatalidade biológica e

determinismo sociológico”, temos sido, somos e seremos portugueses.²¹

Capistrano percebeu a multiplicidade de posições, em relação à questão: a dos que admitiam a mestiçagem, atribuindo maior peso à presença do negro, como Silvio Romero²² ou ao índio, como os românticos; a dos que a admitiam, considerando haver equilíbrio entre os três aportes conforme a época e a região (ele próprio, Martius); e aquela de Pereira Barreto e dos lusófilos em geral, afirmando a absoluta preponderância portuguesa.

De qualquer modo, para Capistrano de Abreu o “caráter nacional brasileiro” deixava a desejar pela “indolência” e pela escassa ação social da população, explicada preponderantemente por um conjunto de fatores negativos²³. Apontava, entretanto, como exemplo da capacidade de reação da sociedade sobre o meio e a precariedade das próprias condições sociais a ação, ainda na colônia, dos jesuítas, com seus colégios, criação de gado e ofícios, a dos paulistas, pressionados pelo isolamento e a dos pernambucanos, desafiados pelos invasores²⁴. Essa conclusão é significativa de uma perspectiva semelhante àquela de Silvio Romero e outros autores, que, em matéria de “progresso”, caíam num pessimismo fatalista, presos por sua própria lógica cientificista. Não obstante esse fatalismo, esforçaram-se por encontrar indicadores positivos, capazes de lhes dar uma esperança, ainda que remota, da existência de algum caminho para o “progresso”.

SOCIEDADE E ESTADO

Algumas observações esparsas de Capistrano sobre a sociedade e o estado podem elucidar melhor o modelo que construiu para explicar a formação brasileira.

Aplicando à história social e política do Brasil a dinâmica dos órgãos e funções, Capistrano havia admitido, já agora ao estilo de Spencer, a existência de um ou poucos órgãos hipertrofiados, exercendo múltiplas funções, particularmente na época colonial. Esse quadro ainda ocorreria, no século XIX, nos sertões²⁵. Sob este aspecto, comparou o desenvolvimento do Brasil com o da Rússia, pois, a despeito das diferenças de raças e clima, haveria uma grande semelhança devido ao fato de um só órgão – o estado czarista – executar diferentes funções²⁶.

A “civilização brasileira” constituiu-se ao longo de três séculos, mas o fez de modo atrofiado, com transformações sociais lentas que nenhuma revolução poderia acelerar, pela falta de amadurecimento da sociedade. Consequentemente, ao contrário da Europa, onde o progresso se fazia da sociedade para o estado, no Brasil ele ocorria “do governo para o povo”²⁷.

“Ao mesmo tempo duas tendências diversas elaboram a sociedade: integração e diferenciação; diferenciação do sistema que herdamos, integração e adaptação ao sistema que se forma. Forças correlativas e complementares, não se desenvolvem com a mesma intensidade, nem na mesma proporção: como sempre, à decomposição precede o movimento orgânico. Assim, ao passo que temos instituições como as da Europa, as funções estão alteradas, a plenitude vital mutilada, a significação é diferente. No *struggle for life*, perderam-se, ao mesmo tempo, que ganharam novas propriedades. Daí este estado de fermentação, de empirismo, de aprendizagem.

(...) Tivemos uma constituição, sistema representativo etc, antes dos costumes que os explicam e exigem. Foi um bem, se encarmos quantas revoluções form evitadas; mas é preciso confessar que a administração degenerou e não podia deixar de degenerar. Não só a moralidade pública é inferior à moralidade doméstica; não só se desconhece a verdadeira natureza do governo, de sorte que os que estão *de cima* consideram o estado como sua propriedade e os que estão *debaixo* julgam boas todas as armas e manejos de guerra; como que se vai desenvolvendo uma tendência para o patriarcalismo”²⁸

Não é preciso grande esforço para reconhecer o eco destes conceitos apropriados nas gerações seguintes de “intérpretes do Brasil”, como Oliveira Viana, Alceu Amoroso Lima, Raimundo Faoro ou Richard Morse, sem nenhuma intenção exaustiva.

Capistrano de Abreu não estudou sistematicamente, nesta fase, a sociedade e o estado. Fez, entretanto, incursões setoriais significativas pelo que revelam de compreensão da vida colonial, quer como *insights*, quer como aplicação do modelo conceitual cientificista, mas, nos dois casos, já realizando esforços para fundamentar documentadamente suas afirmações.

Considerou a escassez de mulheres típica das colonizações feitas pelo mar, destacando o seu papel sobre “a família e a moralidade”²⁹, em particular, identificando-a com a segregação feminina, o concubinato e a falta de amor nas relações familiares³⁰, temas que permaneceriam sem tratamento metodológico específico até a obra de Gilberto Freire.

Aplicando a tipologia de sociedades militares e industriais, de Spencer, à estrutura familiar, procurou demonstrar a diferença entre a família do litoral, que seria “mais livre e harmônica” – isto é, típica de uma sociedade “adiantada” ou “industrial”, ou encaminhado-se para isto – e a família do sertão, submetida à tirania patriarcal³¹. Significativamente, este tipo de generalização sem evidência documental desaparece na obra posterior do autor. A conclusão dos *Capítulos de História Colonial*, pouco mais de vinte anos depois, apontou para uma só caracterização da família colonial³².

A influência da antropologia e da etnografia cientificista refletiu-se

em outro aspecto da interpretação social de Capistrano: a valorização da cultura popular. Em lugar da distância “savante” de Varnhagen, encontra-se em Capistrano uma autêntica empatia com o que denominava – como Silvio Romero – de manifestações espontâneas do povo, representada pelos cantos populares e pelas festas³³. Sobre estas, estendeu-se em várias considerações, destacando sua múltipla natureza na sociedade colonial: religiosas, de homenagem à família real, pela chegada de governadores e bispos, particulares³⁴.

De modo percuciente, procurou identificar os motivos para a relevância dessas manifestações, concluindo que se deviam à ausência de vida familiar (por sua vez provocada pela segregação dos sexos antes do casamento e a redução deste a “simples função fisiológica”), à “falta de aspirações e ambições, em um país que não tinha vida própria”, ao “ego-altruísmo” (Spencer) ou “pabulice” como chamavam os “nortistas”³⁵ e à variedade de raças, que não permitiam o estabelecimento de relações sociais em bom “nível moral”³⁶.

Tais interpretações, que representam, nesta altura, muito mais a projeção de leituras inteligentemente adaptadas às circunstâncias brasileiras do que efetiva pesquisa sobre a realidade do país, não deixavam, entretanto, de significar um importante *turning point* em relação ao que se fizera até então em matéria de história “da civilização” no Brasil.

A interpretação do estado também sofreu óbvia influência comteana e spenceriana, particularmente esta. Referindo-se à expansão territorial do século XVI, encontrava dois impulsos: o estatal, representado pela ação da administração real, e o privado, representado pelos donatários³⁷.

A sedimentação da conquista e da colonização teria delineado, em seguida, dois perfis básicos de capitânias (mais uma vez aplicou, literalmente, Spencer), as *militares* e as *espontâneas* ou *industriais*. Nas primeiras, o predomínio da necessidade de lutar – no século XVIII, referia-se às que eram limítrofes com a colonização espanhola e francesa – fez com que a colonização comesse pela fronteira, subordinando, assim, os interesses sociais e econômicos aos da defesa³⁸. Já as capitânias *espontâneas* ou *industriais* foram aquelas em que o desenvolvimento material sobrepujou a necessidade de defesa. Por conseguinte, eram as mais “modernas” e “progressistas” e, com esta característica, chegaram à independência³⁹.

CAUSAS DO ATRASO DO BRASIL

Se a interpretação da história do Brasil de Varnhagen objetivava demonstrar a viabilidade de um estado de molde europeu, nos trópicos, a de Capistrano, como a de Silvio Romero, era centrada na pergunta: quais as

causas do atraso brasileiro em relação à Europa e aos Estados Unidos?

Baseado em Buckle, Teófilo Braga e Oliveira Martins, o que indica a mesma compreensão cientificista da realidade, Capistrano encontrou duas ordens de explicação.

A primeira, estrutural, em sua análise, porque biopsicológica, era o caráter do povo português, “versátil, ondeante e até sentimental”⁴⁰. Transplantado para o Brasil e em contato com o novo meio e as novas etnias, “este caráter deveria expandir-se e exagerar-se, porque assim o exigiam as circunstâncias físicas”⁴¹.

Comparava portugueses e holandeses, repetindo opinião que se vulgarizara no romantismo

“embora considere estéreis e infundadas as divagações e fantasias dos que lastimavam a derrota dos holandeses, não posso negar que, povoado por estes, o Brasil se nos apresenta com um aspecto mui diverso. Uma raça forte, persistente, teria travado mais cedo a luta contra a Natureza e, limitando seu influxo, teria apressado o dia do progresso”⁴²

Sua explicação não era, porém, apenas mesológica e racial. A segunda ordem de fatores seria histórica: a colonização portuguesa na Ásia, o fluxo de emigração para o Oriente e a ação governamental neste sentido. Em consequência, pouca atenção do estado ao Brasil e emigração para a América de “judeus, especuladores, sentenciados, de homens enfim guiados pelo interesse ou atraídos pela esperança da impunidade”⁴³.

A esses motivos históricos agregava outros dois da mesma natureza: a luta permanente de facções e o sentimento de inferioridade ante Portugal, que só seria superado no século XVIII⁴⁴.

Nesse ponto podemos nos indagar qual o motivo de uma mudança tão radical de percepção do passado brasileiro, se comparada à de Varnhagen.

Tais interpretações de Capistrano, evidentemente, punham em relevo a existência de novas indagações feitas ao passado, que a historiografia de matriz varnhageniana não podia, nem pretendia responder. Se o povo, isto é, a sociedade, no sentido cientificista, tornara-se o ator principal da história, é porque o projeto político regressista que inspirara ideologicamente Varnhagen esgotara suas virtualidades, construindo o estado brasileiro e garantindo a integridade territorial herdada da colônia.

Quando Varnhagen formou-se intelectualmente e nos anos subseqüentes, continuava em execução o projeto de constituição do estado nacional, bem como de sua base física⁴⁵. Na juventude de Capistrano e seus contemporâneos, década posterior à guerra do Paraguai, esses resultados já

estavam razoavelmente consolidados e novos desafios surgiam: o fim da escravidão, a imigração, o gap industrial e tecnológico.

As “novas classes” – os *plutocratas*, assim chamados à época por Joaquim Nabuco, e a *classe média*, depois estudada por Santiago Dantas – interessava cada vez menos o destino do regime monárquico. Rui Barbosa, em 1882, afirmava taxativamente serem mais importantes a democracia e a federação do que a forma de governo. Por outro lado, a construção ideológica da história também parecia, a esses setores e a muitos dos jovens intelectuais, superada. Admitiam – uns mais céticos, como Capistrano de Abreu, outros mais entusiasmados, como Silvío Romero, Euclides da Cunha ou Teixeira Mendes – a proximidade de “novos tempos” com o “progresso”, a imigração, a indústria, a federação e, provavelmente, a república.⁴⁶

Entendiam, por conseguinte, a necessidade de uma concepção sociológica – no sentido original de Comte e Spencer, de uma “física social” – da História do Brasil: eis por que saem de cena ou se conformam a um segundo plano donatários, governadores, batalhas, tratados, substituídos por órgãos, funções, estruturas, relações.

O “bando de idéias novas” tornou-se, assim, o veículo dos novos grupos sociais que assomavam à cena. Mas seu irrompimento não foi a vigorosa afirmação de concepções autóctones ou criativamente adaptadas, pois o cientificismo transplantado para o mundo latino-americano trazia com ele a negação das virtualidades deste mundo, num grau inexistente no historicismo e na matriz varnhageniana.

Por quê?

A interpretação de Capistrano de Abreu sobre o conjunto da História do Brasil, nesta fase de sua trajetória intelectual, é indiscutivelmente pessimista, acompanhando o “transoceanismo” de seus colegas de Weltanschauung cientificista. Descobrimo o povo brasileiro com a perspectiva da ciência européia, acabava-se por concluir pela sua inviabilidade histórica, sua inapetência para o progresso. Esses autores, negando as virtualidades do homem brasileiro do romantismo, entregaram-se ao que já se denominou “a ideologia de pessimismo”.⁴⁷

Somente na obra posterior de Capistrano de Abreu, esse aspecto se diluiria, o que não ocorreu, aliás, com seus contemporâneos. Entretanto o que poderia explicar a adesão do autor à “ideologia do pessimismo”?

Em primeiro lugar, parece claro que a adesão aos padrões do cientificismo implicava na aceitação da unicidade fundamental de teoria, método e resultados. As conclusões, produto de uma investigação cientificamente conduzida, eram evidentemente verdadeiras e como tais

irrefutáveis. Logo, imutáveis, não dando margens ao exercício da vontade de interferir no processo social.

Em segundo lugar, a premissa cientificista para a interpretação histórica era a de que a interação do meio com o homem produzia a sociedade, em graus diferentes de determinabilidade, conforme a corrente; o “político” e o “cultural” eram, assim, epifenômenos de realidades mais profundas, embora não desprezíveis, pois interagiam com os demais, pela lei do “consensus”. Segue-se que o objeto da história (como da sociologia ou da antropologia) não poderia ser, como no historicismo erudito e romântico, o estado: era, agora, a sociedade, ou o “povo”.

Em terceiro lugar, cada povo ou cada sociedade evoluíam dentro de determinados padrões no sentido do progresso, sempre que as condições determinantes de “meio, raça, momento histórico” fossem favoráveis. Mas existia uma escala na qual, como dizia Tylor, poderiam ser colocados todos os povos, da atualidade ou do passado, do mais primitivo ao mais avançado.

Em quarto lugar, era evidente que, por suas realizações materiais e intelectuais, a força de seu espírito associativo e a ação declinante do estado, os países da Europa ocidental e os Estados Unidos encontravam-se no ponto alto deste processo.

Segue-se que, se o Brasil ou outros países “atrasados” desejassem alcançar aquele patamar, deveriam, preliminarmente, conhecer em profundidade as características, as potencialidades e as limitações de seu povo.

Finalmente, fechava-se o círculo que delimitava a ação e as aspirações desses intelectuais: armados com a ciência cientificista, produto de uma sociedade industrial que se tornava cada vez mais expansionista e colonialista nas décadas finais do século XIX, acabavam por sancionar teoricamente o *statu quo* colonial, considerando dificilmente realizável o programa modernizador, com as limitações mesológicas e raciais que descobriam – ou reproduziam – nos autores cientificistas. A associação entre a ciência e os interesses da expansão colonial foram apontados na própria época, mas esta relação permaneceu insuspeitada, mesmo nos autores que, como Capistrano, debateram contra o “transoceanismo” das idéias.

A obra posterior de Capistrano de Abreu somente não ficou irremediavelmente datada, como a de Silvío Romero ou Euclides da Cunha, por exemplo, porque conseguiu libertar-se de grande parte do fardo cientificista, para produzir estudos como os *Capítulos de História Colonial* e os *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, cuja fundamentação epistemológica e interpretação transcenderam os limites do determinismo que o seduziria na juventude.

Vale recordar que os desdobramentos epistemológicos, metodológicos e sóciopolíticos do cientificismo apontavam para a definição de uma concepção monolítica de ciência, radicalizada – e freqüentemente empobrecida – a partir de extrapolações do pensamento de Newton e de seus divulgadores e dos procedimentos metodológicos indutivos. Essa concepção foi transformada em padrão de cientificidade, gerando as posições deterministas e reducionistas mais extremas. Além disso, espalhou-se para a mais ampla *Weltanschauung*, com reflexos político-ideológicos que se evidenciaram nas várias tentativas “cientocráticas” de legitimar o “uso científico” do poder político. À historiografia, como às demais ciências sociais, muitas vezes, coube este papel legitimador e sancionador da ordem política vigente ou desejada, em nome da “objetividade” ou da “positividade” dos “fatos científicos”⁴⁸.

As influências ideológicas na obra inicial de Capistrano de Abreu evidenciam vários elementos simultâneos: o realismo literário, no plano estético; o deslumbramento pelas realizações materiais do capitalismo industrial, no plano econômico; o liberalismo spenceriano e a aceitação da ideologia do progresso, no plano de pensamento político. Não aderiu, entretanto, a uma determinada visão doutrinária: a crítica de Valentim Magalhães, acusando-o da prática da “poliandria das idéias” poderia ter sido antecipada de dez anos, pois Capistrano de Abreu, nesta fase, foi, antes de tudo, um *cientificista*, combinando de forma heterodoxa as teses de Comte, Buckle, Taine, Spencer, Bernard e Darwin. Não se pode concordar, portanto, com as teses que o associam a uma determinada ortodoxia, como o positivismo ou o spencerismo.

Nesta fase cientificista, identificou um *problema* – o atraso histórico brasileiro – e procurou, a partir da concepção indutivista de ciência, estudar a formação social brasileira para dela extrair as “leis basilares” (na sua expressão) do desenvolvimento do país: conhecido o processo, interferir-se-ia nele para, a despeito de todas as dificuldades, conduzir o Brasil ao progresso. A dificuldade do raciocínio estava, justamente, na sua própria fundamentação cientificista: além de a “natureza não dar saltos”, ou seja, não ser possível queimar as etapas históricas ditadas pela antropologia euro-norte-americana, os ingredientes mesológicos e raciológicos identificados por essa mesma ciência apontavam para limitações ontológicas insuperáveis de seus agentes. A “ideologia do pessimismo” revelava-se um *diktat* estrangulante.

Ao longo de dez anos, Capistrano de Abreu transitou deste cientificismo ingênuo para posições cada vez mais céticas, no plano das concepções gerais da história e cada vez mais presas às evidências hauridas

nos documentos, no plano do trabalho intelectual. Por fim, chegou ao primado do objeto sobre a lei, da ciência (possível à época e nas suas condições) sobre o cientificismo.

Em sua fase inicial, Capistrano de Abreu trabalhou com categorias e pressupostos rigorosamente cientificistas, como a concepção da unidade do real, o crescente domínio do observador sobre o objeto, a semelhança epistemológica das abordagens, o determinismo metodológico, a indução e a busca de leis. A realidade documental conformava-se aos pressupostos cientificistas.

Mesmo nessa fase, porém, Capistrano de Abreu, ao contrário de outros intelectuais cientificistas, não aderiu a explicações que sufocavam integralmente o objeto, pelo fato de cotejar teses concorrentes de positivistas, darwinistas e spencerianos e de, ademais, já demonstrar uma intimidade com a erudição histórica. Jamais foi talvez por um traço de personalidade – sua rebeldia ante a conformidade – adepto exclusivo de uma determinada doutrina, mesmo nesta etapa da juventude. Este fato, que de certa forma o diminuía aos olhos de contemporâneos mais dogmáticos, como Silvio Romero e Teixeira Mendes, foi, paradoxalmente, um elemento determinante no seu crescimento intelectual e no reconhecimento futuro que lhe foi tributado.

O seu crescente interesse documental completaria o quadro de ruptura com o cientificismo, fazendo de sua obra da maturidade, se comparada à de seus contemporâneos, a menos datada historicamente. Por isso mesmo, uma obra clássica.

Por último, se desejássemos fazer um exercício sociológico do conhecimento, caberia observar que as interpretações de Capistrano de Abreu, revelando preocupação com a dinâmica das relações sociais e o processo de constituição física e psicológica do “povo brasileiro” e do “caráter nacional brasileiro”, visando explicar as “causas do atraso brasileiro”, apontam para outro fenômeno: o de um esforço por uma nova concepção de identidade nacional diferente daquele do historicismo e do romantismo que pode ser associado à emergência de novos grupos sociais na sociedade brasileira, com outros interesses, aos quais as preocupações do projeto político regressista de uma geração atrás nada mais diziam.

O que dizer, porém, das interpretações deste “jovem Capistrano” sobre a História do Brasil? Certamente são interpretações, datadas e portanto circunscritas a uma visão “cientificista” de formação do país. Mas revelam as indagações, perguntas e angústias de toda uma geração que inclusive se transferiram às seguintes. Além disso, demonstram notável capacidade de análise que ultrapassava as limitações doutrinárias das “escolas” de pensamento, renunciando o que estaria por vir: pelo dedo já se podia conhecer o gigante.

- ¹ WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu – a fase cientificista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 311, 1976. Republicado, revisto, em *A invenção da história – estudos sobre o historicismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: UGF-UFF, 2001.
- ² ABREU, J. Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea. In: *Ensaio e Estudos*. 1ª série, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 53.
- ³ Ibidem.
- ⁴ Idem. Sobre o Visconde de Porto Seguro, In: *Ensaio e Estudos*. 1ª série, op. cit., p. 140.
- ⁵ Idem, p. 141.
- ⁶ Idem, p. 142.
- ⁷ Idem, O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. In: *Ensaio e Estudos*. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.19.
- ⁸ Idem, p. 21.
- ⁹ Idem, p. 23.
- ¹⁰ Ibidem.
- ¹¹ THIESSEN, Anne Marie. *La création des identités nationales*. Paris: Seuil, 1999, p. 83 ss. BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.) *Memória e História*. Madri: M. Pons, 1998, p. 147 ss. WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. Memória e história: fundamentos, convergências, conflitos. In: WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José, *Memória social e documento*. Rio de Janeiro: UNI-RIO, 1997, p. 9 ss.
- ¹² DUIJKER, H.C.J. e Frijda, N.H. *National character and national stereotypes*. Amsterdã: HHP, 1960, p. 54; e MEAD, Margareth e MÉTRAUX, Rhoda (ed). *The study of culture*. Chicago: UCP, 1953, p. 10-11. Para o estudo da questão no Brasil, sobretudo na quadra cientificista, a referência básica, apesar dos freqüentes esquematismos, é Dante Moreira Leite, *O caráter nacional brasileiro*, São Paulo, 1983, p. 191 ss.
- ¹³ Utiliza-se aqui o conceito de desenvolvimento conforme usado pelo autor, já sob inspiração spenceriana: processo social direcionado para determinado fim, envolvendo a concepção de aperfeiçoamento ou “progresso”, nos quadros de um *design* teleológico.
- ¹⁴ ABREU, J. Capistrano de. *O caráter...*, p. 3-4.
- ¹⁵ Idem, p. 5.
- ¹⁶ “O que quer que notardes de diverso entre o brasileiro e o seu ascendente europeu atribuí-o em sua máxima parte ao preto” (Silvio Romero); op cit, p. 12.
- ¹⁷ Idem, p. 18.
- ¹⁸ Idem, p. 7.
- ¹⁹ Idem, p. 18.
- ²⁰ Idem, *O descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 80.
- ²¹ Idem, *Ensaio e estudos 4ª série*, p. 223. Tratava-se de uma crítica ao livro *Soluções positivas da política brasileira*, publicado pelo positivista paulista em 1879.
- ²² Ibidem.
- ²³ Idem, p. 23-24. Quanto à caracterização, concordava com a de Silvio Romero, para quem o brasileiro seria “apático, sem iniciativa, desanimado e irritável” (WEHLING, Arno. *Silvio Romero e a consciência modernizadora no Brasil*, São Paulo, USP, 1979 – tese de livre-docência).

- ²⁴ Idem, *Ensaio e estudos 4ª série*, p. 61. Trata-se de um artigo sobre *A literatura brasileira*, publicado em 1886.
- ²⁵ Idem, *A literatura...* p. 68.
- ²⁶ Idem, *Ensaio e estudos 4ª série*, p. 224. Trata-se do artigo de 1880, em que comenta o livro de Pereira Barreto.
- ²⁷ Idem, *A literatura...*, p. 52-53.
- ²⁸ Ibidem.
- ²⁹ Idem, *Ensaio e estudos 4ª série*, p. 295. Baseava-se no historiador alemão Curtius, cuja obra sobre a história grega era francamente explicada pelos fatores geográficos, (FUETER, E. *Historia de la historiografia moderna*, Buenos Aires: Nova, 1950, Vol II, p. 172-173). Capistrano sustentava neste artigo de jornal, em 1881, a importância e a precocidade da mestiçagem no Brasil.
- ³⁰ Idem, *Ensaio e estudos 4ª série*, p. 299-300. Texto também de 1881.
- ³¹ Idem, p. 302.
- ³² Na conhecida fórmula: “pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*, Rio de Janeiro: Brigueit, 1954, p. 303.
- ³³ Há uma verdadeira “ida ao povo” na década de 1870. Armados com a etnografia cientificista, estes autores fizeram importante trabalho de levantamento da poesia popular, recuperando traços sociais e mentais cujos riscos de diluição ou alteração eram, para eles, evidentes. Romero, Silvio. *Estudos sobre a poesia popular brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1977; ABREU, J. Capistrano de. *A literatura...* *Ensaio e Estudos*, op. cit., p. 40.
- ³⁴ Idem, *Ensaio e estudos 4ª série*, p. 293 (texto de 1881).
- ³⁵ Isto é, à tendência a uma presunção arrogante e exibicionista.
- ³⁶ Idem, p. 300.
- ³⁷ Idem, p. 312.
- ³⁸ Idem, p. 314.
- ³⁹ Ibidem. Por esta época a interpretação positivista da História do Brasil que começava a ser esboçada utilizava esquema interpretativo semelhante ao spenceriano, mas tingindo-o de cores comtistas. MENDES, Raimundo Teixeira. *Ainda o militarismo e a política moderna*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista, 1908, p. 5-6; *A atitude dos positivistas ante a retrogradação militarista*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista, 1910, p. 4.
- ⁴⁰ Idem, p. 46.
- ⁴¹ Ibidem.
- ⁴² Ibidem.
- ⁴³ Ibidem.
- ⁴⁴ Idem, p. 47.
- ⁴⁵ WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ⁴⁶ WEHLING, Arno. *Pensamento político e elaboração constitucional – estudos de história das idéias políticas*. Rio de Janeiro: IHGB, 1994, p. 50 ss.
- ⁴⁷ LEITE, Dante Moreira. op cit, p. 207.
- ⁴⁸ Wehling, Arno. A temática do cientificismo, in *A invenção ...*, op. cit., p. 43 ss.